

UM BREVE DECÁLOGO SOBRE O CONCEITO DE ‘LITERACIA’ NA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA, 2019)¹

A BRIEF DECALOGUE ON THE CONCEPT OF LITERACY IN THE *POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO* (PNA, 2019)

Clecio Bunzen

Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
clecio.bunzen@gmail.com

“Zerar o passado torna-se a melhor forma de dar as costas para o futuro” (BOTO, 2019)

1. Não é novidade, no campo das Ciências Humanas, que as palavras e os conceitos **não são** neutros. Desta forma, não foi, por acaso, que o *conceito de letramento* de base antropológica, sociológica, linguística e/ou psicológica consolidou-se no campo do ensino-aprendizagem de língua materna no Brasil. As diferentes **formas de traduzir** a palavra “literacy” em inglês, empregada em estudos de áreas específicas (Psicolinguística ou Antropologia, por exemplo), fizeram com que a entrada do conceito fosse permeada por sobreposições, conflitos, disputas epistemológicas e políticas. Apesar disso, temos presenciado uma **riqueza de estudos, diálogos** e uma **enorme produtividade teórico-metodológica e didática** (cf. KATO, 1986; TFOUNI, 1988; KLEIMAN, 1995, 2005; SOARES, 1998, 2010; ROJO, 1998, 2009; MORTATTI, 2004; MARCUSCHI, 2001; SANTOS & MENDONÇA, 2005; MARINHO & CARVALHO, 2010, etc.).

2. Tal pluralidade de processos, apropriações e interpretação provocou reduções: alguns utilizaram ‘letramento’ como sinônimo de ‘conhecimento sobre algo’ ou até mesmo como uma noção restrita e escolarizada de aprendizagem da leitura. Assim, seria até possível indicar **níveis ou graus** dos sujeitos. Distanciando-se de tais significados mais restritos, ‘letramento’ ou ‘letramentoS’ é bastante empregado nas investigações que ampliam nossos olhares para as **facetras históricas, sociais, políticas** e

¹ Agradecimento às colegas Maria do Socorro Macedo Nunes (UFSJ) e Liane Araújo (UFBA) pelos comentários e diálogo ao longo da produção do texto.

culturais da relação dos sujeitos com as culturas escritas e orais. Desta perspectiva socio-histórica e de base sociológica e antropológica, o conceito de *letramento* (uma das possíveis traduções da palavra *literacy*, *mas não a única*) não se restringe ao que acontece dentro das escolas, nem possui uma relação mais direta com a “aprendizagem formal”. Envolve um leque muito maior de práticas e eventos, em diferentes tempos e espaços: as leituras e escritas que acontecem nos meios de transporte, nas bibliotecas comunitárias, nas igrejas, nos ambientes de trabalho, nos lares, na vizinhança, etc. Essa **perspectiva de investigação mais ampla** focaliza não apenas habilidades técnicas e cognitivas, mas relações de: poder, hegemonia cultural, identidades. Além disso, analisa criticamente as políticas linguísticas e faz críticas ao modo como os países capitalistas têm reduzido o processo de escolarização a metas internacionais enquanto as desigualdades sociais aumentam em diversos contextos, como no Brasil e na América Latina (cf. STREET, 2014).

3. Não foi à toa que, em pleno processo de redemocratização do país, no final dos anos 80, algumas pesquisadoras, especialmente no **campo da Educação e da Linguística Aplicada**, iniciaram esse processo de operacionalizar e (re)interpretar tal conceito para compreender melhor a complexidade da educação de jovens e adultos e do processo de fracasso escolar das crianças em contextos específicos; assim como as relações interculturais dos povos indígenas e de outras línguas minoritárias em um contexto de exclusão linguística. Afastando-se de explicações restritas e de testes psicológicos, tais investigações iniciais trouxeram uma maior compreensão das **culturas, das práticas sociais, dos valores e das crenças** que perpassam diferentes grupos em situações específicas. Pensar as diversas culturas pela ótica dos estudos do letramento implicou ir além do processo de escolarização em massa e até do conceito mais específico de alfabetização, relacionando o uso da escrita em diversos contextos, nas diversas situações vernaculares e relações de gênero, etnia, raça, religião, etc. (cf. KLEIMAN, 1998; SOARES, 2010; SOUZA, 2011; STREET, 2014; LOPES, 2016; CASTANHEIRA, 2019).

4. Se o conceito de letramento não pode ser reduzido ao de “conhecimento” nem ao “processo de aprendizagem da língua escrita”, ele funcionaria como um **conceito catalisador** para (re)pensarmos processos educacionais na escola ou em contextos extraescolares (cf. MENDONÇA & BUNZEN, 2016). Por esse motivo, a palavra ‘letramento’ - com diferentes significados e valorações apreciativas - tem circulado e impactado as discussões sobre o processo de alfabetização e o ensino de língua materna no contexto brasileiro. Para exemplificar, posso citar sua presença em diversos **documentos curriculares oficiais nacionais** (PCN, 1997; PCN,

1998; PCNEM, 1999; OCNEM, 2006), em **políticas públicas federais** voltadas para educação linguística e literária (PNLD, PNBE, por exemplo), em **vários programas da TV Escola** do Ministério da Educação, em **vários cadernos ou materiais de formação para as professoras alfabetizadoras publicados ou financiados pelo Ministério da Educação** entre 2004 e 2015 (cf. BUNZEN, 2010). De forma bem geral, é possível afirmar que tais políticas públicas assumiam um compromisso social de melhorar o processo de alfabetização nas escolas públicas, auxiliando as alfabetizadoras a refletir sobre **diversos fenômenos e facetas interativas, sociais e culturais** que perpassam os usos pedagógicos e específicos do ensinar e aprender a ler e escrever na escola, com atenção especial para os processos interativos em sala de aula ou em outros espaços educativos (salas de leitura, bibliotecas escolares, lares das redes familiares, etc.).

5. Não é possível mais conceber um processo de escolarização em massa no século XXI que planeje suas ações pedagógicas negligenciando o uso da escrita nos contextos heterogêneos, interculturais e complexos os quais envolvem várias crianças, suas redes familiares e comunidades. Desta forma, o estudo sobre as diversas práticas de letramento e das interações dos sujeitos com a cultura escrita em contextos específicos escolares e extraescolares auxiliam as alfabetizadoras, ampliando tais práticas e promovendo **eventos de letramento significativos**. A escola precisa planejar de forma organizada e sistemática, como bem sinalizou Soares (2014), para possibilitar com que os aprendizes, em todo território nacional, tenham o direito de ler e escrever “nas diversas situações pessoais, sociais e escolares”, com “diferentes gêneros e tipos de textos, em diferentes suportes, para diferentes objetivos, em interação com diferentes interlocutores, para diferentes funções”. Realizar tais objetivos **não é fácil** em um contexto brasileiro com sérias lacunas nos cursos de formação inicial e em um contexto de trabalho em que não há tempo para *planejamento* coletivo, construção de materiais apropriados e desenvolvimento profissional adequado.

6. Pelas razões elencadas anteriormente, achei bastante desrespeitosa e impositiva, na recente Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019), a eliminação do conceito de “letramento” e suas diversas implicações para o campo da alfabetização. Se na BNCC para Educação Infantil e Ensino Fundamental, **a palavra é utilizada 48 vezes**; na PNA, **a palavra nem é mencionada**. Existe um **total apagamento** do conceito e de seus desdobramentos, diferenciando-se fortemente da BNCC que mobiliza conceitos mais contemporâneos como “novos letramentos” ou “multiletramentos”. Tal **silenciamento** não é neutro e, certamente, faz parte de uma estratégia discursiva maior de **apagamento** de mais um campo do

conhecimento e de discussões sobre alfabetização no Brasil. Pela grande influência que tais estudos tiveram no Brasil nos últimos trinta anos e por ser um conceito guarda-chuva de várias políticas do próprio Ministério da Educação nos últimos vinte anos (pensando aqui desde a publicação dos PCNs até a BNCC), faz-se necessário pensar o porquê do **arquivamento de tais discursos e implicações pedagógicas**. O Ministério da Educação, em sua configuração atual, joga 'o bebê junto com a água do banho', ou seja, apresenta uma política nacional a qual se distancia bastante dos cursos de Pedagogia, dos programas curriculares estaduais e municipais, das produções acadêmicas e das discussões dos últimos vinte anos de formação continuada no campo da alfabetização. Em suma: **por que será que precisamos zerar o passado?**

7. No lugar do conceito de "letramento", o documento da PNA procura 'inovar' com a importação europeia de um outro termo, comum em alguns documentos curriculares em Portugal: "literacia"². Tal provocação parece-me uma estratégia bastante inadequada, pois pressupõe **introduzir no discurso oficial pedagógico um conceito não utilizado no Brasil** como se fosse uma "novidade" ou um "termo mais neutro ou técnico" para se referir aos usos da escrita. Há uma tentativa clara de **afastamento das políticas públicas de alfabetização anteriores** (tais como o *Pró-Letramento* ou PNAIC), operando ainda com uma retórica infeliz de "internacionalizar" a discussão. Como alguns documentos curriculares portugueses, a PNA opta por usar "literacia", mas não explicita as tensões, incoerências e reduções que perpassam tal processo de apropriação curricular. A palavra "literacia" é **mencionada 73 vezes** no documento. Por isso, merece estudos futuros aprofundados para uma maior compreensão sobre as **bases políticas, epistemológicas e discursivas** de tal uso em uma conjuntura política de ataques explícitos a pesquisadores (Paulo Freire, Magda Soares, por exemplo) e às discussões no campo dos estudos do letramento.

8. O documento ignora as discussões brasileiras no campo dos estudos sobre **letramentos emergentes e familiares** (cf. TERZI, 1995; GOULART, 2006; ROJO, 2010; NEVES, CASTANHEIRA & GOUVEA, 2015), apoiando-se normalmente em relatórios internacionais (*Developing Early Literacy, do National Early Literacy Panel, 2009*) ou nas discussões da psicologia

2 Não há espaço aqui para desenvolver como o conceito 'literacia' é utilizado em Portugal, mas podemos indicar que há diferenças e conflitos, como acontece com o termo 'letramento' no Brasil. A tentativa de não demonstrar os conflitos dos conceitos faz parte dos documentos curriculares, diferenciando-se do discurso científico. Como sugestão de leitura, indico uma entrevista com a prof. Maria de Lourdes Dionísio da Universidade do Minho (cf. DIONÍSIO, 2007) em que a autora demonstra claramente a diferença entre ver o letramento como um "um conjunto de capacidades para usar o escrito" ou como "um conjunto de práticas sociais que envolvem o texto escrito". Em investigações futuras, pretendo aprofundar melhor o uso dos termos 'literacia', 'literacia emergente' e 'literacia familiar' em Portugal e na PNA.

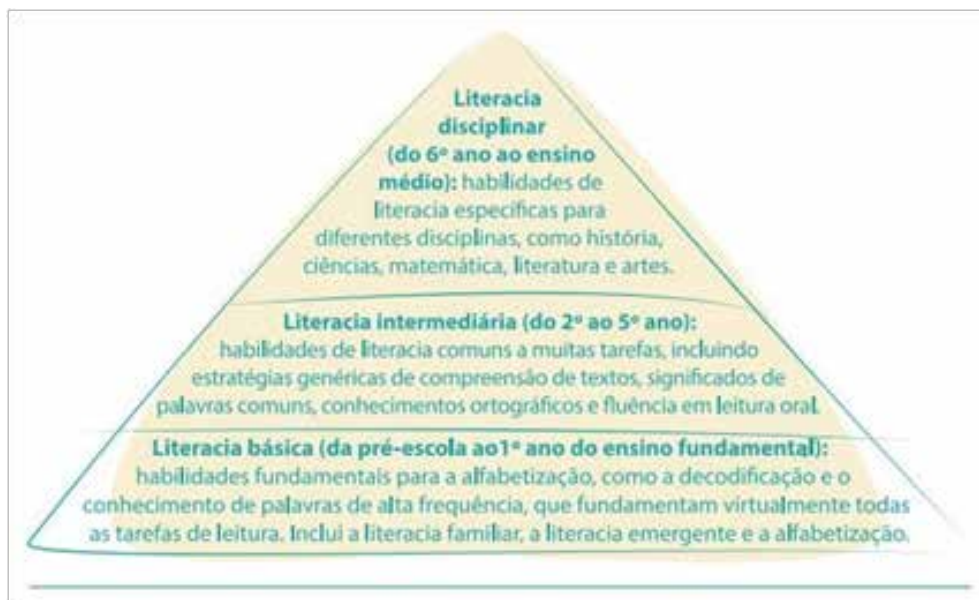
cognitiva e das neurociências³. A tradução de termos, presentes nos relatórios, por ‘literacia familiar’ ou ‘literacia emergente’ demonstra um total desconhecimento de como tais conceitos são utilizados no Brasil. E, para piorar a situação, mobilizam tais conceitos na lógica das **concepções autônomas do letramento** (STREET, 2014, KLEIMAN, 1995), reduzindo o termo “literacia” a uma **habilidade** que pode ser ensinada e mensurada por testes de larga escala. Há vários estudos brasileiros que demonstram a importância do trabalho com *eventos de letramento* e *práticas de letramento* específicas na Educação Infantil e nas redes familiares. No entanto, a grande diferença é que tais reflexões não se reduzem a estudar “habilidades”, mas práticas sociais, artefatos culturais e interações sociais. A equipe que elaborou o documento traduziu a palavra “literacy” como “literacia” em todo documento, sem fazer diferenciações ou adaptações para o contexto nacional. Uma tradução literal que apaga as diversas discussões históricas realizadas no campo da alfabetização e que não demonstra zelo e cuidado com as leitoras e os leitores. O uso da palavra “literacia”, infelizmente, **marca uma posição política e autoritária** clara para reduzir as discussões sociológicas, antropológicas, linguísticas e discursivas. Como bem destaca Dionísio (2007), o maior problema não tem relação com o uso dos termos, mas com os significados e concepções que embasam o uso do conceito. Na PNA, vemos claramente o coroamento de uma visão

“cognitivista de um conjunto de capacidades que os sujeitos podem medir, pesar e que são relativos ao conjunto do escrito. Com todos os problemas que essa perspectiva tem, de concentrar um conjunto de capacidades, pois nessa perspectiva o texto é também algo homogêneo, o letramento é algo homogêneo, é o sujeito que tem que ter capacidade para usar esse letramento” (p. 211).

9. Ao definir *alfabetização* apenas com base na *ciência cognitiva de leitura* e nos estudos da psicologia, não há espaço para trabalhar com as práticas de letramento. Reduzir o conceito de alfabetização ao “ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético” implicou assumir um **conceito redutor** para um “casamento”. Assim, *literacia* “consiste no ensino e na aprendizagem das habilidades de leitura e escrita” (p.18). De fato, percebe-se aqui uma grande diferença ao discutir a alfabetização, levando em consideração as **práticas de letramento da escola e da comunidade** e um **trabalho instrumental** que utiliza um conceito para reduzir toda complexidade de relações com a cultura

3 Um breve olhar pelas referências bibliográficas do documento já demonstra as concepções em que o documento se embasa para formular tal política.

escrita como se fossem meras “habilidades”. Volta-se aqui, novamente, a pensar em ‘**níveis de literacia**’: *literacia emergente* (nível mais básico) até o mais avançado, produtivo, etc. etc. Chegam até a inserir um gráfico (BRASIL, 2019, p.21), induzindo um “up grade” das *literacias* e uma visão bastante **equivocada, disciplinar e escolarizada** dos processos de aprendizagem das práticas sociais, dos gêneros e dos usos da leitura e da escrita:



10. Para finalizar, reafirmo que o uso de ‘literacia’ na PNA não é neutro. Ele é acompanhado de comentários metadiscursivos sobre o fato de o termo ser “usado comumente em Portugal em outros países lusófonos”, esquecendo do profundo diálogo estabelecido no Brasil com diferentes pesquisadores internacionais e o uso mais consolidado de termos como: “letramento”, “alfabetismo” ou “alfabetização” entre nós. Outro argumento bastante **perverso, violento e colonial** é aceitar que tal apagamento é natural, uma vez que apresenta “diversas vantagens”. Nas palavras do documento: “é uma forma de alinhar-se à terminologia científica consolidada internacionalmente”. Ao dizer isso, assume-se explicitamente que não temos no Brasil uma terminologia científica adequada e não estamos “alinhados” aos discursos internacionais. Isso não é verdade. Não podemos dizer que não existe uma terminologia no Brasil adequada para lidar com tais questões de meras “habilidades de leitura e escrita”, nem podemos acreditar que o melhor para uma **política séria de alfabetização** seja nos alinharmos com uma tradução do português europeu, desconsiderando

os diversos estudos, lutas e significados que tal campo de pesquisa representa no Brasil e na América Latina. Para contradizer tais afirmações explícitas na PNA, basta lermos os livros, traduções e dossiês recentemente publicados: *Re-Thinking Literacy Practices* (BLOOME, CASTANHEIRA *et alli*, 2019), *Letramentos Sociais* (STREET, 2014), *Literacy and Numeracy in Latin America: local perspectives and Beyond* (KALMAN & STREET, 2013), *Literacies in Latin America* (KALMAN, 2014) e *Estudios de Literacidades en América Latina (Ikala Vol 24 No. 2)*⁴. As escolhas feitas, infelizmente, demonstram a desconsideração por vários grupos de pesquisas brasileiros e estrangeiros, periódicos científicos, centros de pesquisas e associações que atuam durante décadas no Brasil com produções de qualidade

Referências

- BLOOME, David *et alli* (Orgs.) **Re-theorizing literacy practices: complex social and cultural contexts**. Routledge, London, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA: Política Nacional de Alfabetização, 2019.
- BOTO, Carlota. Entrevista Carlota Boto: entre o político e o pedagógico, 2019. Disponível em <https://www.cenpec.org.br/tematicas/carlota-boto-alfabetizacao-entre-o-politico-e-o-pedagogico>
- BUNZEN, Clecio. Formação continuada: divulgação e didaticidade do conceito de letramento. In:
- Anais do XV ENDIPE**, Belo Horizonte, 2010.
- CASTANHEIRA, Maria Lúcia. Ideologies *Languaged into Being*: examiingin conversations on Schooled and Religious Literacies Ideologies. In: David Bloome *et alli* (Orgs.) **Re-theorizing literacy practices: complex social and cultural contexts**. Routledge, London, 2019.
- DIONÍSIO, Maria de Lourdes. **Educação e os estudos atuais sobre letramento**. In: PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 25, n. 1, 209-224, jan./jun. 2007.
- GOULART, Cecília. Práticas de letramento na Educação Infantil: o trabalho pedagógico no contexto da cultura letrada. In: **TEIAS**: Rio de Janeiro, ano 7, nº 13-14, jan/dez 2006.
- KALMAN, Judith. Literacies in Latin America. In: **Literacy Volume of the Encyclopedia of Language and Education**, 3rd edition. Stephen May (Ed.) & Nancy Hornberger, 2014.
- KALMAN, J. & STREET, B. Literacy and Numeracy in Latin America: local perspectives and beyond. Routledge, 2013.
- KATO, Mary. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1986.
- KLEIMAN, Angela B. **Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?**

⁴ <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/518132>

Coleção Linguagem e letramento em foco: linguagem nas séries iniciais. Ministério da Educação. Cefiel/IEL. UNICAMP, 2005.

KLEIMAN, Ângela. Ação e mudança na sala de aula: uma nova pesquisa sobre letramento e interação. In: ROJO, R. (org.). **Alfabetização e letramento**: perspectivas lingüísticas. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

KLEIMAN, Ângela. **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado da Letras, 1995.

LOPES, Luiz Paulo da Moita Os novos letramentos digitais como lugares de construção de ativismo político sobre sexualidade e gênero. In: **Trabalhos Em Linguística Aplicada**, 49(2), 393- 417, 2016.

MARCUSCHI, Luiz A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei. (orgs.) **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

MENDONÇA, Márcia; BUNZEN, Clecio. **Letramentos em espaços educativos não escolares**: os jovens, a leitura e a escrita. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

MORTATTI, M. R. L. **Educação e letramento**. São Paulo: Unesp, 2004.

NEVES, Vanessa; CASTANHEIRA, Maria Lúcia & GOUVEA, Maria. O letramento e o brincar em processos de socialização na educação infantil brincadeiras diferentes. In: **Revista Brasileira de Educação**. vol.20 no.60 Rio de Janeiro jan./mar. 2015

ROJO, Roxane. **Ao pé da letra**: a construção da narrativa e do letramento. São Paulo: Parábola, 2010.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editora, 2009.

ROJO, Roxane. **Alfabetização e letramento**: perspectivas linguísticas. Campinas. Mercado de Letras, 1998.

SANTOS, Carmi; MENDONÇA, Márcia. **Alfabetização e letramento**: conceitos e relações. CEEL, MEC, Autêntica, 2005.

SOARES, Magda. Letramento. In: FRADE, I. C. A. S; VAL, M. da G. C. G; BREGUNCI, M. das G. C. **Glossário Ceale de termos de Alfabetização, leitura e escrita para educadores**, CEALE, 2014.

SOARES, Magda. Práticas de letramento e implicações para a pesquisa e para políticas de alfabetização e letramento. In: MARINHO, M.; CARVALHO, G.T. (orgs.) **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOUZA, A. L. S. **Letramentos de reexistência**: poesia, grafite, música, dança: hiphop. São Paulo: Parábola, 2011.

STREET, Brian. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo: Parábola, 2014.

TERZI, Sylvia. A oralidade e a construção de leitura por crianças de meio letrados. In: Angela Kleiman (Org.). In: **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado da Letras, 1995.

TFOUNI, Leda V. Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso. Campinas: Pontes, 1988.